

O NEUROPSICOPEDAGOGO E AS HABILIDADES COGNITIVAS: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM¹

Caroline dos Santos Florentino de Barros ²

RESUMO

Este estudo, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso na Especialização em Neuropsicopedagogia Clínica – CENSUPEG, investiga o papel do Neuropsicopedagogo e sua atuação na intercessão ‘clínica e escola’, focando na estimulação de habilidades cognitivas cruciais para a aprendizagem, como atenção, memória e funções executivas. Justifica-se o trabalho pela necessidade de identificar e intervir em disfunções cognitivas que afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes no ambiente escolar, resultando em dificuldades simples, moderadas e severas de aprendizagem. O Neuropsicopedagogo, com base na Neurociência, Pedagogia e Psicologia, apoia o desenvolvimento integral da criança, respeitando um código de ética que valoriza a dignidade humana e o aprimoramento profissional contínuo. As habilidades cognitivas, essenciais para a interação de informações e construção do conhecimento, são desenvolvidas para facilitar a aquisição, consolidação e armazenamento de novas informações. No contexto clínico, o Neuropsicopedagogo avalia e cria planos de intervenção para estimular habilidades cognitivas em defasagem, utilizando testes, escalas, entrevistas e atividades lúdicas. Em contrapartida, no contexto escolar, disponibiliza orientações para os docentes e equipes pedagógicas. Nessas realidades, jogos e passatempos são empregados para auxiliar o desenvolvimento cognitivo de forma eficaz e prazerosa. Conclui-se que a atuação do Neuropsicopedagogo é fundamental para o amparar o desenvolvimento e reabilitação das habilidades cognitivas e auxiliar o diagnóstico médico correto de possíveis disfunções que possam estar presentes.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogo, Contexto clínico, Estimulação cognitiva, Jogo, Aprendizagem. Intervenções.

INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate acerca da atuação do neuropsicopedagogo no contexto clínico, especialmente diante da importância de compreender e estimular as habilidades cognitivas que sustentam e potencializam os processos de aprendizagem. Ao abordar o tema “O neuropsicopedagogo e as habilidades cognitivas: contribuições para a consolidação da aprendizagem”, o trabalho busca

¹ Adaptação do artigo apresentado como trabalho final do Curso de pós-graduação lato-sensu em *Neuropsicopedagogia clínica*, sob a orientação do Professor Gilmar Luis Mazurkievicz – CENSUPEG – 2022.

² Doutoranda – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PROPED/UERJ. carolinesfbarros@gmail.com



evidenciar a relevância desse profissional, cuja prática se insere em um campo interdisciplinar que articula fundamentos da neurociência, da psicologia e da psicopedagogia, dialogando com as complexas particularidades envolvidas nas disfunções cognitivas que interferem no aprender.

A pesquisa fundamenta-se em uma ampla revisão bibliográfica, sustentada por autores de referência nas áreas mencionadas, de modo a construir um panorama teórico consistente sobre as relações entre cognição e aprendizagem. Essa escolha metodológica possibilita a análise crítica das contribuições da neuropsicopedagogia para a elaboração de estratégias interventivas eficazes voltadas à estimulação das habilidades cognitivas em defasagem.

A problematização que orienta o estudo parte do seguinte questionamento: quais estratégias e recursos podem ser mais eficientes na formulação de um plano de intervenção clínica voltado à estimulação das habilidades cognitivas comprometidas, favorecendo, assim, a consolidação da aprendizagem?

No desenvolvimento do trabalho, destaca-se inicialmente a caracterização do profissional neuropsicopedagogo, em consonância com as diretrizes da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia. Em seguida, discute-se a relação intrínseca entre habilidades cognitivas e aprendizagem, analisando-se como os processos de atenção, memória, linguagem e funções executivas se articulam à construção do conhecimento. Por fim, apresenta-se a contribuição do neuropsicopedagogo na elaboração de estratégias que visam não apenas o fortalecimento dessas habilidades, mas também a promoção de aprendizagens significativas e duradouras.

Desse modo, o estudo reafirma a importância da atuação clínica do neuropsicopedagogo como mediador entre os conhecimentos científicos e as práticas educativas, apontando para uma das múltiplas possibilidades de intervenção desse profissional na consolidação da aprendizagem e no favorecimento do desenvolvimento integral do sujeito.

O NEUROPSICOPEDAGOGO: QUEM É ESSE PROFISSIONAL?

Ainda que, em alguns contextos, o neuropsicopedagogo seja considerado um profissional em consolidação no campo clínico, sua atuação revela-se de extrema relevância para a compreensão e o favorecimento dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. Dotado de uma formação interdisciplinar que integra conhecimentos da



neurociência, da psicologia e da pedagogia, esse profissional é capacitado para analisar o sujeito em sua totalidade — cognitiva, afetiva, motora e social —, tornando-se um mediador essencial na busca por estratégias eficazes de intervenção frente às dificuldades de aprendizagem.

Conforme a Resolução SBNPp nº 03/2014, que dispõe sobre o Código de Ética Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia, a prática do neuropsicopedagogo fundamenta-se em princípios científicos advindos da neurociência, articulando o funcionamento cerebral aos processos de aprendizagem. Sua atuação se desenvolve nas interfaces entre pedagogia e psicologia, com o objetivo de contribuir para a reabilitação e o fortalecimento das dimensões pessoal, social e escolar do indivíduo.

A formação do neuropsicopedagogo requer sólida base teórica e ética, sustentada pelos valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal Brasileira e nas diretrizes previstas pelo próprio Código de Ética da SBNPp. O compromisso com esses princípios assegura uma prática pautada no respeito à dignidade humana, na promoção da saúde e da qualidade de vida, e na rejeição a qualquer forma de negligência ou conduta que possa comprometer o bem-estar do sujeito atendido.

Assim, a atuação do neuropsicopedagogo deve ser conduzida com responsabilidade técnica, rigor ético e constante aprimoramento profissional, garantindo transparência nas ações e precisão na observação, análise e identificação das demandas relacionadas ao desenvolvimento humano. O olhar clínico desse profissional abrange aspectos motores, cognitivos, emocionais e comportamentais, o que o torna um agente fundamental na promoção de intervenções integradas e na construção de percursos que favoreçam o pleno potencial de aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos.

Habilidades Cognitivas e Aprendizagem

As habilidades cognitivas compreendem um conjunto de operações mentais responsáveis pelo processamento, organização e utilização das informações adquiridas pelo sujeito. Tais habilidades permitem que o indivíduo interaja ativamente com o meio, atribuindo sentido às experiências e transformando percepções sensoriais em conhecimento significativo. O pleno desenvolvimento dessas funções é condição essencial para que a aprendizagem ocorra de forma eficiente, autônoma e duradoura.

No contexto escolar, as habilidades cognitivas mais requisitadas envolvem os processos de atenção, memória e funções executivas, os quais sustentam as bases do aprender. A atenção constitui-se como a porta de entrada das informações, possibilitando



que o cérebro selecione, mantenha e distribua o foco entre diferentes estímulos — sejam eles auditivos, visuais ou táteis. A memória, por sua vez, é o sistema responsável por registrar, armazenar e evocar informações, desempenhando papel decisivo na consolidação e evocação do conhecimento. Já as funções executivas englobam processos mentais complexos — como iniciação, inibição, flexibilidade cognitiva, planejamento, organização, automonitoramento e elaboração de estratégias — que possibilitam ao sujeito controlar impulsos, resolver problemas, adaptar-se a novas situações e gerir seus próprios comportamentos e emoções.

O ato de aprender implica, portanto, o recrutamento coordenado dessas habilidades, que atuam de modo interdependente na execução de tarefas cognitivas e acadêmicas. A atenção — em suas dimensões dividida, sustentada e alternada — e a memória operacional — tanto fonológica quanto visuoespacial — constituem-se como mecanismos centrais para o processamento e a manipulação ativa de informações. São elas que permitem ao indivíduo manter o foco, refletir antes de agir e integrar novas aprendizagens a conhecimentos prévios, promovendo assim a internalização de saberes e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Dessa forma, as habilidades cognitivas podem ser compreendidas como instrumentos mediadores da aprendizagem, uma vez que viabilizam o acesso, a construção e a consolidação do conhecimento. Elas não apenas favorecem o desempenho acadêmico, mas também ampliam a capacidade de autorregulação, de raciocínio lógico e de resolução de problemas, constituindo-se como alicerces da autonomia intelectual.

Segundo Filho e Bridi (2016, p. 17) “A aprendizagem é um elemento intrínseco à condição humana. Aprendemos a todo momento, em um processo de interação permanente com o meio, manifestando diferentes níveis de complexidade referente ao conhecimento construído”. Nessa perspectiva, a aprendizagem é entendida como um processo natural e contínuo, que se manifesta em diferentes contextos e níveis de complexidade. Contudo, quando esse processo não ocorre conforme o esperado, torna-se imprescindível uma investigação minuciosa sobre as possíveis causas da defasagem.

A análise cuidadosa das funções cognitivas permite identificar quais habilidades necessitam de estímulo ou reabilitação, possibilitando a elaboração de estratégias interventivas eficazes. Dessa forma, a atuação do neuropsicopedagogo se torna fundamental: ao compreender as relações entre funcionamento cerebral, cognição e aprendizagem, esse profissional pode planejar e aplicar intervenções direcionadas,



promovendo o desenvolvimento das habilidades cognitivas e, consequentemente, o êxito no processo de aprendizagem.

O Neuropsicopedagogo e o Estímulo às Habilidades Cognitivas

No contexto clínico, é comum que alguns indivíduos apresentem disfunções em habilidades cognitivas, o que pode comprometer significativamente a qualidade da aprendizagem. Desde o nascimento, o cérebro humano já dispõe de bilhões de neurônios em intensa atividade, os quais se organizam e fortalecem por meio da estimulação e das experiências vivenciadas nas interações com o meio. Assim, o desenvolvimento cognitivo é um processo dinâmico e contínuo, que depende da qualidade das relações e dos estímulos recebidos desde a infância.

Na escola, sinais de que algo não vai bem podem emergir de forma sutil, mas expressiva. Dificuldades no controle inibitório, impulsividade, incapacidade de esperar a vez, desatenção, rigidez cognitiva, resistência à mudança, dificuldades em cálculo mental, leitura, escrita, subtração silábica, planejamento e organização são indicativos de possíveis defasagens cognitivas que demandam uma avaliação neuropsicopedagógica minuciosa e contextualizada. Essas manifestações impactam diretamente o desempenho nas habilidades escolares básicas — leitura, escrita e matemática — e, se não identificadas precocemente, podem gerar um ciclo de fracasso e desmotivação.

O processo avaliativo conduzido pelo neuropsicopedagogo clínico fundamenta-se em instrumentos originais, padronizados e ecológicos, capazes de investigar de forma abrangente o funcionamento cognitivo e comportamental do sujeito. Como descreve Russo (2015, p. 108), esse profissional “utiliza-se dos dados obtidos por meio da aplicação de testes e escalas normatizadas, entrevistas com o paciente e familiares, análise da queixa, anamnese, observação clínica, hora lúdica, análise do material escolar e avaliação das habilidades sociais e das atividades da vida diária”. Tal abordagem assegura uma compreensão integral das potencialidades e limitações do indivíduo, permitindo a elaboração de um plano interventivo preciso, voltado ao estímulo das funções cognitivas em defasagem — atenção, memória e funções executivas, entre outras.

A estimulação cerebral deve ocorrer de forma contínua e sistemática, desde a infância até a vida adulta, com o objetivo de exercitar as capacidades neurais e promover a plasticidade cerebral, evitando que potenciais cognitivos permaneçam adormecidos por falta de estímulo. Nesse processo, o neuropsicopedagogo dispõe de diversos recursos



terapêuticos e pedagógicos que favorecem a ativação e o fortalecimento das redes neurais, entre os quais se destacam os jogos e atividades lúdicas.

Os jogos, além de representarem uma ferramenta de ensino prazerosa, constituem-se em uma estratégia de intervenção cognitiva que estimula funções como organização, planejamento, controle inibitório e raciocínio lógico, favorecendo também o desenvolvimento de aspectos afetivos e sociais. Conforme destacam Bonamigo e Kude (1991, p. 33), “O jogo reduz a gravidade das consequências dos erros e fracassos. [...] É um excelente meio de exploração que por si mesmo estimula, obedecendo a um plano e projetando a vida interior para o mundo.”

Dessa forma, o jogo ultrapassa o caráter recreativo e assume papel de ferramenta terapêutica, devendo ser utilizado com intencionalidade e planejamento rigoroso. Nesse sentido, Antunes (2002, p. 37) adverte: “Jamais pense em usar jogos pedagógicos sem um rigoroso e cuidadoso planejamento, marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o progresso dos alunos.”

Portanto, tanto no contexto escolar quanto no clínico, o uso de jogos requer seriedade metodológica, com objetivos claramente definidos e alinhados ao plano interventivo. Além de estimular o respeito às regras e o autocontrole, o jogo promove emoções positivas e a associação entre prazer e aprendizagem, criando condições favoráveis ao engajamento e à autorregulação. Grassi (2008, p. 98) reforça essa ideia ao afirmar que “o jogo prende a atenção do jogador, cria uma atmosfera de tensão, desafio, entusiasmo, alegria e prazer”.

Os jogos eletrônicos também podem ser explorados como recursos contemporâneos para a estimulação cognitiva, desde que sua seleção seja criteriosa e esteja fundamentada nos objetivos do plano interventivo neuropsicopedagógico. É imprescindível, contudo, que o uso desses recursos seja supervisionado, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes, a fim de garantir que o potencial educativo e terapêutico não seja sobreposto pelo uso excessivo ou inadequado.

Além dos jogos, outras estratégias, como passatempos, desafios, charadas e adivinhações, podem ser incorporadas às práticas interventivas, pois mobilizam processos de atenção, memória, linguagem e raciocínio. O brincar, enquanto atividade humana essencial, assume um papel estruturante na aprendizagem. Como destacam Silva e Haetinger (2007, p. 114), “As brincadeiras são uma forma de expressão cultural e um modo de interagir com diferentes objetos do conhecimento, implicando o processo de aprendizagem”.



Assim, o ato de brincar acompanha o desenvolvimento da inteligência e das dimensões sociais e culturais do ser humano, funcionando como um espaço de elaboração simbólica, de experimentação e de ressignificação da experiência. Em síntese, a estimulação cognitiva configura-se como uma ponte entre a avaliação e a reabilitação das funções mentais superiores, sendo o neuropsicopedagogo o mediador que planeja, adapta e executa intervenções capazes de restaurar caminhos e promover novas aprendizagens. Sua atuação, pautada na flexibilidade e na intencionalidade, reafirma o papel do brincar e do lúdico como ferramentas reais e potentes de intervenção clínica e educativa.

CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida neste estudo, evidencia-se que a atuação do neuropsicopedagogo é estratégica e indispensável para o desenvolvimento, aprimoramento e reabilitação das habilidades cognitivas. No contexto clínico, onde cada indivíduo é considerado em sua singularidade, o profissional tem a oportunidade de intervir de maneira integral, articulando recursos lúdicos, jogos, passatempos e atividades planejadas com intencionalidade, de modo a estimular funções cognitivas específicas e promover aprendizagens significativas.

A intencionalidade emerge como elemento central na elaboração das intervenções, pois é por meio de ações cuidadosamente planejadas que se tornam possíveis resultados concretos na superação de defasagens cognitivas. Ao trabalhar atenção, memória e funções executivas, o neuropsicopedagogo contribui diretamente para a consolidação da aprendizagem, fortalecendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a capacidade de autorregulação, planejamento e resolução de problemas.

A utilização de atividades e jogos estruturados possibilita que a intervenção transcenda o caráter lúdico, transformando-se em um instrumento de estimulação funcional e sistemática das capacidades cognitivas. Essa abordagem oferece ao sujeito a oportunidade de experimentar, aprender e integrar novas habilidades de forma segura, prazerosa e eficaz, criando condições para que o potencial cognitivo seja plenamente explorado.

A escola, por sua vez, desempenha papel complementar, uma vez que muitas manifestações de dificuldades cognitivas se tornam perceptíveis nesse ambiente. A parceria entre o contexto clínico e escolar permite identificar precocemente sinais de



defasagem e articular estratégias coerentes, favorecendo a continuidade do desenvolvimento e a consolidação das aprendizagens.

Dessa forma, torna-se evidente o valor profissional do neuropsicopedagogo, cuja atuação, pautada em conhecimentos especializados e em compreensão das complexidades cognitivas do indivíduo, possibilita intervenções precisas, integradas e eficazes. Nesse caminho, não apenas reabilita funções cognitivas comprometidas, mas também potencializa a aprendizagem, reafirmando o papel da neuropsicopedagogia como ciência aplicada e transformadora no contexto clínico-educacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. *Jogos para estimulação das múltiplas inteligências*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BONAMIGO, E. M. R.; KUDE, M. M. *Brincar: brincadeira ou coisa séria*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

FILHO, C. A. B.; BRIDI, F. R. S. Sobre aprender e suas relações. In: ROTTA, N. T. (Org.). *Neurologia e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 17-34.

GRASSI, T. M. *Oficinas psicopedagógicas*. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

RODRIGUES, P. M. *Funções executivas e aprendizagem: o uso dos jogos no desenvolvimento das funções executivas 2.0*. 2. ed. Salvador: 2B, 2018.

RESOLUÇÃO Nº 03/2014. *Código de Ética Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia*. Joinville: SBNPp, 2014.

RUSSO, R. M. T. *Neuropsicopedagogia clínica: introdução, conceitos, teorias e prática*. Curitiba: Juruá, 2015.

SILVA, D. V.; HAETINGER, M. G. *Ludicidade e psicomotricidade*. Curitiba: IESDE, 2007.

